

SOCIEDADE

Nesta escola já é a câmara que gere quase tudo. E poupa-se dinheiro

Dez novos assistentes operacionais entraram no agrupamento de Famalicão devido às novas competências da autarquia. E poupou-se nos custos de funcionamento

Educação
Samuel Silva

Sete prateleiras da biblioteca da escola de Pedome estão completamente vazias. O cenário inusual causa uma surpresa prontamente desfeita pelo director do agrupamento, Fernando Lopes: os livros foram levados para catalogação, como parte de um projecto da autarquia que vai criar uma base de dados única para as escolas e a biblioteca municipal. Esse é um exemplo da “articulação e envolvimento” existente “há mais de dez anos” entre escolas e município. “Isso explica por que correm bem as coisas aqui”, diz Fernando Lopes, a propósito do projecto-piloto de descentralização de competências na área da Educação no qual Famalicão é, desde o ano lectivo passado, um dos 15 concelhos envolvidos.

O PÚBLICO visitou a Escola Básica de Pedome na quinta-feira, dia em que o Conselho de Ministros aprovou a proposta de descentralização de competências para as autarquias e entidades intermunicipais, que vão passar a gerir áreas como a educação e a saúde em todo o país. No agrupamento a que pertence esta escola com alunos até ao 9.º ano (um agrupamento com nove estabelecimentos frequentados por 1452 crianças e jovens), o modelo está já a ser testado. É cedo, dizem, para avaliar o impacto nos resultados escolares, mas o balanço a outros níveis é positivo.

O contrato de transferência de competências “tem sido um êxito”, diz o director do agrupamento de Pedome, que abrange nove freguesias de uma área de cruzamento rural-industrial, no extremo Sul do concelho. O presidente da União de Associações de Pais do Agrupamento de Pedome, Ricardo Lemos, atira: “Nem consigo sequer apontar uma desvantagem.” A “proximidade” da câmara à escola dá-lhe um conhecimento “mais aprofundado” da realidade, o que resulta em “respostas mais rápidas”. Apona como exemplo a forma como foi resolvido um problema crónico de falta de funcionários não docentes no agrupamento.

Faltavam dez pessoas face ao rá-



Na Escola Básica de Pedome ensaia-se desde o ano passado um modelo em que as autarquias têm mais poder

cio de funcionários por número de alunos definido por lei. Nos últimos anos, os lugares foram sendo preenchidos através de contratos de Emprego-Inserção (através dos quais são contratados temporariamente trabalhadores inscritos nos centros de emprego). Agora, a câmara contratou pessoas para as mesmas vagas, com vínculo estável. “Não só foram colocados todos os que eram necessários, como são pessoas com as qualificações certas, o que nem sempre acontecia”, diz Ricardo Lemos.

“O que seria de nós se estivéssemos dependentes do Ministério da Educação para preencher estes lugares?”, questiona o director Fernando Lopes. Ao todo, Famalicão contratou 92 assistentes operacionais para as escolas ao longo do último ano.

A Câmara de Famalicão foi, das 15 dos projectos-piloto, a única a envol-

Como é a relação com o Ministério da Educação? “Às vezes, esquecem-se de que somos parceiros”

ver-se também na gestão financeira das escolas. O balanço, aqui, é misto. Houve “ganhos de escala” nas despesas correntes como energia, telecomunicações, água e combustíveis, explica o vereador da Educação, Leonel Rocha. Foram feitos contratos únicos de fornecimento deste tipo de serviços para todos os agrupamentos, conseguindo melhores preços e retirando das escolas o peso de pagar algumas destas contas. “Nos meses

frios, tínhamos contas de energia que chegavam a ser de 3000 euros mensais”, conta o director de Pedome.

Ao contrário, a centralização dos processos de compras de material escolar e outros produtos, correu mal. Nem as escolas estavam habituadas a prever necessidades com a antecedência exigida pelas regras dos municípios, nem a autarquia tinha capacidade para reagir rapidamente. Resultado: este ano esses *dossiers* passaram a ser geridos directamente por cada agrupamento. A câmara só faz transferências trimestrais de um orçamento que pode ser gerido pelos directores.

A sede do agrupamento de Pedome foi construída em 2005. É um único bloco amarelado, coberto a azulejos, apoiado por um pavilhão desportivo. À primeira vista, não parece ter problemas, mas as apa-

rências iludem. O ginásio tem graves infiltrações de água no telhado. O bloco de aulas também tem problemas na cobertura. A câmara fez um apanhado de todas as necessidades de intervenção nas cinco escolas que passou a gerir. “Fizemos os projectos de obra e a orçamentação, como estava combinado com o Ministério da Educação, e enviámos toda a informação”, conta Leonel Rocha. No entanto, da parte da tutela, “ainda não houve resposta”. Continua sem saber quando pode fazer as obras. Essa é, de resto, a principal queixa da Câmara de Famalicão, pouco mais de um ano volvido desde a descentralização: a articulação com a “Avenida 5 de Outubro” nem sempre é fácil: “Às vezes, esquecem-se de que somos parceiros.”

samuel.silva@publico.pt



Pais falam de resultados “contraditórios”, directores traçam “linha vermelha”

As experiências de descentralização de competências do ensino para as autarquias estão a correr bem? Não há uma avaliação global do Governo, mas há uma apreciação dos pais dos alunos. Que respondem: depende. Para o presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), Jorge Ascensão, os resultados têm sido “contraditórios” e variam de câmara para câmara.

São 15 os concelhos que estão a pôr em prática os projectos-piloto de municipalização das escolas do ensino básico e secundário, algo que o Governo quer agora alargar a todo o país. “A análise depende sempre da autarquia de que estamos a falar”, acrescenta Jorge Ascensão. “Se o presidente da câmara ou o vereador responsável tiverem sensibilidade, as coisas correm bem. Quando isso não acontece, há problemas”, avalia com base, diz, nos relatos que tem recebido de vários associados da Confap. Por isso, considera que um alargamento das novas competências da educação à generalidade das câmaras tem de corrigir este peso “excessivo” que um só político pode ter nos resultados da medida.

Antes de qualquer alargamento, a Confap defende uma revisão da forma de funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação (CME), que torne claras as suas competências em matérias pedagógicas. É nesse órgão, em que devem ter presença os pais e outros membros

da comunidade, que devem ser tomadas as decisões centrais sobre o sector.

“Há muitos interesses para lá daquilo que é essencial na Educação, que muitas vezes condicionam as decisões”, aponta também Manuel Pereira, da Associação Nacional de Directores de Escola.

Este director vê um perigo de “partidarização” da educação promovida por esta medida, sobretudo em concelhos mais pequenos: “A escola é o único espaço público onde as guerras partidárias não entram e devemos tentar a todo o custo que assim continue.”

Professores de fora

Por seu turno, o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima, “não acha mal” que as autarquias tenham responsabilidades nesta área. Há, no entanto, uma “linha vermelha”: as câmaras não podem nunca ter responsabilidades na contratação de docentes e no currículo dos alunos.

Apesar de o Governo já ter aprovado o caminho para a municipalização da Educação, Jorge Martins, investigador no Centro de Investigação e Intervenção Educativas, entende que o balanço dos 15 projectos-piloto implementados no último ano lectivo ainda está por fazer. “São necessários dados que resultem de uma avaliação científica e que não existem”, defende este especialista.

O Ministério da Educação não promoveu nenhum estudo sobre o seu impacto global, estando neste momento a analisar os relatórios de cada uma das comissões de acompanhamento constituídas nos municípios. Essas são as únicas avaliações desta iniciativa e apresentam, invariavelmente, os resultados como “positivos”. “Qualquer avaliação que seja feita nesta fase será sempre muito focalizada nas especificidades locais”, adverte Jorge Martins.

Samuel Silva

69

escolas estão envolvidas em experiências de descentralização, em 15 concelhos: Vila Nova de Famalicão, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Águeda, Oliveira do Bairro, Mealhada, Batalha, Vila de Rei, Óbidos, Amadora, Oeiras, Cascais, Crato e Sousel

es **eu** 
escuela escola
europa europa

MADRID
ALCALÁ DE HENARES

20-23.ABRIL.2017

A **Escola Europa** é um projecto inspirado na **Universidade Europa** e na **Universidade de Verão**, promovidas em Portugal, e que foi organizada por iniciativa da Delegação espanhola do PPE no Parlamento Europeu.

Tem como objectivo aproximar os jovens da realidade europeia, dar a conhecer as políticas da UE e as suas instituições (com destaque para o Parlamento Europeu) através de **Conferências, Mesas Redondas e Debates** com os participantes.

Os oradores convidados serão portugueses e espanhóis, **Deputados ao Parlamento Europeu, membros ou ex-membros do Governo ou personalidades de prestígio no âmbito social, académico ou profissional.**

Na Cerimónia de Encerramento usarão da palavra:

Pedro Passos Coelho (Presidente do PSD)

Mariano Rajoy (Presidente do Governo de Espanha)

Candidate-se até ao próximo
dia 5 de Março através da página:

www.escolaeuropa.pt

